

## CANTARES DE UNIFICAÇÃO E DE PARTIÇÃO

ISABEL BARROS DIAS

*Haec disciplina ad Grammaticam pertinet.  
quia quidquid dignum memoria est litteris mandatur*  
S. Isidoro, *Et.*, I, 41, 2.

*Multi enim sapientes praeterita hominum gesta  
ad institutionem praesentium historiis indiderunt.*  
S. Isidoro, *Et.*, I, 43.

Surgiu recentemente um estudo sobre o modelo historiográfico afonsino<sup>1</sup> onde se defende uma teoria segundo a qual a elaboração da versão oficial da *Estoria de Espanna no scriptorium* do rei Afonso X de Castela e Leão, teria parado no cap. 616 devido a dificuldades causadas pela absorção de textos épicos. Segundo o seu autor, Leonardo Funes, a prosa cronística afonsina, apercebendo-se que perderia a sua especificidade ao integrar a narrativa épica teria preferido o silêncio à perda da identidade<sup>2</sup>.

Porém, até que ponto é que a absorção de textos de outros géneros representou não a paralisia mas a continuação e a vitalidade do trabalho cronístico? No fundo, esta é uma questão que desde sempre se tem colocado relativamente aos géneros literários, ou seja, quais os limites e as características deste recorrente balançar entre a pureza e a permeabilidade? Note-se ainda que esta interrogação se coloca sobremaneira na Idade Média se se considerar o carácter comunitário que, neste período, carregam certas noções como as de «Autor»<sup>3</sup> ou de «Autoridade»<sup>4</sup>!

Até que ponto é que a integração das gestas na cronística afonsina não será sim o fruto da compreensão de um novo paradigma exigido por uma sociedade cuja produção histórica dá os seus primeiros passos em língua vernácula? A difusão alargada que a língua romance pretende e provoca implica estruturas que necessariamente se distanciam daquelas praticadas pelo anterior

sistema cronístico, redigido em latim, e que se limitava a aludir ou a resumir alguns cantares de forma sucinta. Afastando-se dos círculos mais restritos da latinidade culta, se bem que mantendo, também, uma certa distância relativamente à história popular veiculada pelas gestas, a cronística vernácula que se desenvolveu sob a égide de Afonso X parece não desdenhar qualquer uma dessas fontes, construindo a sua «Autoridade» com base nas duas.

A Autoridade indiscutível da cronística latina remonta as suas raízes aos modelos inatacáveis de Eusébio-Jerónimo e das suas reformulações.<sup>5</sup> Agora, a sua frugalidade pouco mais que enumerativa vê-se preenchida pelos relatos, por vezes mais fantasiosos, mas certamente mais emocionantes, da história popular, cuja Autoridade, baseada na oralidade e no uso poderia, à semelhança da Autoridade dual que também se verifica no direito, ser denominada como sendo de tipo «consuetudinário».

É certo que, como observa Funes, a gesta traz à crónica um ritmo narrativo diferente.<sup>6</sup> No entanto, este «outro» ritmo narrativo mais que obstar à progressão da narrativa histórica parece ser usado por esta como forma tanto de cativar o potencial público alargado que se torna acessível graças ao uso do vernáculo como de acentuar os momentos do passado que, de acordo com as intencionalidades do emissor, interessaria sublinhar.

Aceitando como ponto de referência o texto do ms. escorialense editado por Menéndez Pidal<sup>7</sup> que, apesar de se tratar de um ms. composto, é o que apresenta a versão oficial da *Estoria de Espanna*<sup>8</sup>, é possível verificar como o aproveitamento de narrativas épicas e romanescas, aliado à prática da *amplificatio*, um dos recursos retóricos básicos da *dispositio*, convergem na acentuação de momentos e de personagens importantes para o veicular de ideais políticos, culturais e éticos cultivados no círculo cultural do rei sábio.

Ao contrário da *General Estoria* que pretendia, ambiciosamente, relatar uma exaustiva e enciclopédica história da Humanidade, a *Estoria de Espanna* caracteriza-se pela sua circunscricção espacial: a Península Ibérica, para a qual o rei sábio vai procurar construir uma identidade própria baseada numa história particular. No que respeita a este assunto, já tem sido apontado o facto do projecto cultural de Afonso X estar indelevelmente ligado ao seu projecto político – nomeadamente o seu ideal de uma Península unida e, se possível, cabeça de um Império que congregaria a cristandade no seu combate contra o inimigo muçulmano<sup>9</sup>.

O aproveitamento das tradições épicas deverá pois ser analisado de forma a não descurar os parâmetros gerais que nortearam as opções tomadas para a estruturação da história «oficial» de Espanha. Tendo em conta este factor pragmático, é possível constatar que o maior ou menor aproveitamento de algumas tradições épicas e romanescas, o uso de determinados textos e o ignorar

de outros, as modificações de tom ou o sublinhar de certas características nos textos onde a narrativa se expande são técnicas de acentuação que convergem para marcar os momentos que, de acordo com uma visão centralizadora (e, até certo ponto, porque não, imperial), seriam os «pontos altos» da história peninsular. A maior ou menor concisão no relato dos acontecimentos depende, com certeza, da maior ou menor extensão das fontes disponíveis mas também da atenção dispensada por parte da instância receptora desses dados à qual é sempre possível optar pela amplificação ou pela abreviação retórica dos elementos recolhidos; pelo que parece ser possível isolar elementos que mostrem como o interesse pelos períodos expansionistas é acentuado na *Estoria de Espanna* graças ao peso relativo que lhes é atribuído na distribuição textual.

Com efeito, é frequente verificar como a narrativa histórica de formato mais sintético para para se amplificar sempre que se verificam momentos em que o «senhorio» das Espanhas se encontra unificado, caminha no sentido de uma unificação ou se encontra nos seus momentos de maior «glória», ou seja sob a tutela de um Imperador. Referimo-nos concretamente à *amplificatio*, frequentemente aliada à inserção de narrativas épicas e romanescas e que se verifica, para o período da história mais antiga, primeiramente, na narrativa das aventuras peninsulares de Hércules, o herói mítico veiculado pela *Estoria de Espanna* como o primeiro unificador deste território<sup>10</sup>.

Seguidamente, é de referir a história do senhorio dos romanos (que contrasta com a relativa pouca atenção dada ao domínio cartaginês), com especial incidência para a história de Júlio César que, de certa forma, vai duplicar o percurso de Hércules pela Península, enquanto receptor de marcas por ele deixadas<sup>11</sup>. À atribuição desta importância, não será certamente alheio o facto de Júlio César ter sido o primeiro Imperador romano, tanto mais que, segundo o relato, é precisamente na Península que o jovem romano tem o sonho premonitório que lhe revela o seu destino imperial<sup>12</sup>. Note-se ainda que esta narrativa surge em Afonso X como uma interpolação relativamente ao texto do Toledano, fonte mestra da *Estoria de Espanna*, pois o arcebispo don Rodrigo mal refere a passagem dos romanos pela Península na *Historia de Rebus Hispanie*, optando pela sua exposição em texto separado: a *Historia Romanorum*.

Finalmente, há que referir a história dos Godos que vai agora contrastar com a relativa pouca importância dada aos anteriores invasores bárbaros que passam pela península<sup>13</sup>. Aqui serão introduzidos relatos lendários sobre Bamba, o exemplo do bom governante e sobre o rei Rodrigo, exemplo do mau soberano e para quem está reservada uma prova, mais um sinal deixado na Península pelo seu primeiro unificador, a casa de Hércules, cuja violação implica a destruição do «senhorio» dos godos, mas cuja boa manutenção e respeito implicaria, implicitamente, a sua manutenção.

Já no período da denominada «Reconquista» cristã também vamos encontrar momentos de *amplificatio* e de inserção de trechos de carácter épico e romanesco que, numa primeira fase, irão sublinhar, por um lado, o apoio divino dado à reconquista cristã (caso das narrativas sobre as vitórias de Peláio). Por outro lado, surgem as lendas ligadas ao restaurador do Império no Ocidente cristão, Carlos Magno, ou seja, a prosificação de «Mainete» e das duas versões de «Bernardo del Carpio», onde a superioridade demonstrada por este herói relativamente aos seus congéneres franceses é, logicamente, mais exaltada do que o seu malogrado aspecto rebelde. O texto, que neste momento já teria começado a ser objecto da reformulação estilística levada a cabo sob Sancho IV, continua, pois, a aproveitar os materiais de base preparados no *scriptorium* afonsino, apresentando momentos onde a amplificação textual é mais acentuada.

Surgem seguidamente trechos sobre o início do condado, posteriormente reino, de Castela, retratado em narrativas do denominado «ciclo dos condes de Castela»<sup>14</sup>. Finalmente, aparecem textos ligados à expansão de Castela, sendo aqui de notar as narrativas elogiosas sobre os reis que mais território unificaram: Fernando I «Par de Emperador», o seu filho, o rei Afonso VI e, sobretudo o Imperador Afonso VII. Acresce ainda a este período a prosificação de cantares de gesta do denominado «ciclo do Cid»<sup>15</sup>.

Decorre do uso destes procedimentos a acentuação de uma admiração perene por todas aquelas personagens que, ao longo da história, mormente ao longo da história da Península Ibérica, conseguiram resultados satisfatórios no que respeita a processos de unificação, processos esses que atingem o seu expoente aquando do seu (possível) reconhecimento como Império.

A adequação destes procedimentos ao público a quem se destinam vê-se confirmada pelo sucesso que os textos saídos do *scriptorium* afonsino vão ter. As diferentes versões aí produzidas foram combinadas, remodeladas e continuadas numa multidão de manuscritos onde raramente é fácil traçar fronteiras, filiações, famílias<sup>16</sup>... Se por um lado essas manipulações sucessivas dificultam sobremaneira a procura de «originais», não é menos verdade que este processo veio a dar origem a uma tradição textual riquíssima, única na Península Ibérica. Esta vitalidade testemunha não só o estatuto de Autoridade que a *Estoria de Espanna* adquiriu como também, e intimamente ligado, a capacidade que este texto teve para manter a sua actualidade e para suprir necessidades ideológicas de identificação e de identidade ao longo de circunstâncias necessariamente diversas que, no decurso da sua evolução, foi capaz de acompanhar. Com efeito, se as diversas versões saídas do *scriptorium* afonsino parecem caracterizar-se por exibirem uma certa unidade ideológica, à excepção da denominada «Versão Crítica»<sup>17</sup>, outros textos, no entanto, já vão assumir uma determinada divergência, como é o caso da crónica portuguesa conhecida como *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

Como ponto de referência desta que foi considerada a primeira refundição da *Estoria de Espanna* afonsina<sup>18</sup>, toma-se aqui a segunda redacção, levada a cabo na segunda metade do séc. XIV e cujo texto, editado por Lindley Cintra, tanto a nível da coerência como da organização internas, parece ser superior aos reflexos que perduraram do que teria sido a sua primeira redacção<sup>19</sup>.

Um texto redigido em território português na segunda metade do séc. XIV, ou seja quando talvez já se começasse a vislumbrar (ou a temer) o fim da primeira dinastia, dificilmente veria com bons olhos a apologia de um Império Ibérico, veiculada pelos textos oriundos do *scriptorium* afonsino, donde as observações de Lindley Cintra sobre o ponto de vista escolhido por esta crónica<sup>20</sup>.

Porém, a *Crónica de 1344*, mormente na sua segunda redacção, baseia-se em textos de filiação afonsina, apesar de considerar relatos de outras origens. No entanto, se a cópia de um texto escrito obriga, implicitamente, ao respeito pela sua Autoridade, a sua contradição não é, por isso, impossível. A *Crónica de 1344* vai levar tal contradição a cabo de uma forma bastante subtil e, por conseguinte, bastante eficaz, minando o tom unificador e imperial dos textos de ascendência afonsina. Não se verificam ataques directos. No entanto, é lançando mão das mesmas armas, ou seja do acolhimento de relatos épicos ou lendários e do uso retórico de estratégias compositivas e organizativas, da *amplificatio* e da *abbreviatio*, que a crónica portuguesa vai introduzir na «História de Espanha» uma intencionalidade ideológica oposta àquela anteriormente defendida, ou seja, a defesa do direito de existência de reinos menores, o que implicitamente significa defender e justificar a existência de Portugal enquanto região independente no interior da Península Ibérica.

Verifica-se que nalguns pontos onde antes a *Estoria de Espanna* se expandia em amplificações e pormenores, a *Crónica de 1344* vai usar a ferramenta retórica oposta, a *abbreviatio* que chega mesmo, por vezes, à omissão completa de passagens. Na história mais antiga, o ponto onde essa actividade «censória» é mais marcada será na narrativa da história Romana, ausente da *Traducción Gallega*<sup>21</sup>, fonte da *Crónica de 1344*, e que no texto português da segunda redacção se encontra sobremaneira resumida pois esta crónica limita-se a manter alguns relatos, quase «faits divers», mencionados porque tiveram lugar em solo Peninsular, mesmo se entre estrangeiros, omitindo quer a interpolação sobre as origens de Cartago quer a narrativa da regência dos diversos imperadores romanos, o que inclui as referências que Afonso X não deixa de fazer a todos os Imperadores romanos que foram de origem Peninsular<sup>22</sup>, a admiração por Júlio César e as alusões a sinais premonitórios ligados ao futuro do Império<sup>23</sup>. Os capítulos sobre as invasões bárbaras e os primeiros soberanos godos também não estão isentos de resumos e omissões, sendo estes, no entanto menos flagrantes.

Na história posterior à invasão muçulmana, a *Crónica de 1344* é mais parca no elogio aos reis unificadores (Fernando I, Afonso VI e Imperador Afonso VII), opondo-se à parcialidade de Afonso X com muita subtilidade, graças à aceitação de interpolações de determinados trechos épicos e à atenção dispensada a pontos mais «sensíveis» das histórias desses reinados.

Será aqui de referir, por exemplo, que a *Crónica de 1344* conta com mais detalhe e tensão a divisão dos reinos por Fernando I<sup>24</sup>. Se esta cena na redacção portuguesa e devido à sua acentuação pode adquirir sentido pelo facto deste rei contemplar o seu filho Garcia com um reino composto pela Galiza e a parte conquistada de Portugal, já na *Estoria de Espanna* este episódio assume mais lógica se integrado na linha dos exemplos negativos dos reis que, desde o caso mítico do rei Rotas, optam pela divisão do reino entre os filhos, dando origem a uma série de funestas lutas fratricidas<sup>25</sup>. A *Crónica de 1344* também provoca um aumento de intensidade ao distribuir por capítulos menores e ao expandir ligeiramente os relatos do exílio do futuro rei Afonso VI em Toledo<sup>26</sup>, do episódio da Jura de Santa Gádea, onde o Cid lança dúvidas sobre a forma mais ou menos lícita como Afonso VI teria chegado ao trono de Castela<sup>27</sup> e da própria história do Cid<sup>28</sup>.

No que respeita a interpolações, há que notar como a rebeldia de alguns heróis épicos vai surgir de forma a lançar dúvidas sobre aquelas figuras soberanas anteriormente elogiadas e que cristalizavam em si um paradigma ideológico de exemplos positivos. É o caso da introdução de uma prosificação de aventuras das «Mocedades Rodrigo», relato no qual o jovem Cid lidera, influencia e domina com a sua coragem as acções de um Fernando I indeciso e assustado<sup>29</sup>. Quanto ao reinado de Afonso VI, verifica-se a interpolação de uma cena onde o Cid se zanga com o rei e se rebela, obrigando-o a ceder com apreensão pelo perigo que o poder militar e heróico do seu vassalo poderia representar<sup>30</sup>. Finalmente o reinado do Imperador Afonso VII é marcado pela interpolação da história dos reis de Portugal, nomeadamente pelas aventuras guerreiras de Afonso Henriques, nas quais a figura do Imperador não é muito favorecida no que respeita à sua capacidade de discernimento e qualidades de estratégia<sup>31</sup>.

O caso da inserção das tradições épicas relativas a Afonso Henriques é paradigmático do procedimento que parece caracterizar a *Crónica de 1344* relativamente à *Estoria de Espanna*: minar o texto anterior com vista à defesa dos interesses nacionais, usando para isso as mesmas ferramentas retóricas anteriormente utilizadas por Afonso X. Com efeito as lendas fundacionais portuguesas recorrem à mesma estrutura mental básica que apresenta a história de Fernão González, o herói fundador de Castela. Também no que respeita aos embates entre D. Afonso Henriques e a mãe, D. Teresa e o seu amante, estabelece-se facilmente uma correspondência com a situação semelhante vivida pelo Imperador Afonso VII contra a sua mãe, D. Urraca e seu amante, ponto que é

acentuado na *Crónica de 1344* (o que indirectamente, poderá significar também um acentuar subtil da situação verificada em Portugal) pelo relato do carácter «endiabrado» de D. Urraca que se transforma numa salteadora feroz, acabando castigada por Deus<sup>32</sup>.

A consideração do binómio Regiões / Identidade no âmbito da produção cronística Peninsular da Idade Média tem pois bastante razão de ser. Num período pautado pela instabilidade de algumas fronteiras, pela boa ou má fortuna guerreira, pelo maior ou menor sucesso das alianças matrimoniais e pelas sempre indetermináveis possibilidades de sobrevivência das descendências, é difícil encontrar seguranças. Assim, tanto as tentativas de anulação como as de acentuação e de justificação de determinadas identidades servem-se dos materiais e das Autoridades disponíveis, usando-os de forma retoricamente hábil para a defesa de determinadas aspirações, nomeadamente políticas, mas também sociais, culturais e éticas.

Como se tentou demonstrar, as intenções defendidas vão variar de acordo com o espaço e o tempo em que os textos são produzidos. O pragmatismo das histórias «oficiais» de Espanha é pois reflexo e palco da tensão que se verifica na Península Ibérica medieval entre forças e discursos unificadores, aos quais se vão opor forças e discursos de partição. A defesa destes princípios é feita com subtileza, lançando mão de recursos retóricos herdados da Antiguidade clássica e que não deixaram de ser cultivados na Idade Média, que os adaptou às suas particularidades comunicativas. As Crónicas «oficiais» deste período, tanto em Espanha como em Portugal são, não exclusivamente mas também e em boa parte, longos discursos de justificação.

É o modelo conceptual escolhido que vai condicionar uma determinada percepção do Mundo que, por sua vez será transmitida de forma didáctica com vista à sua boa difusão cultural e ideológica. Afonso X selecciona e organiza elementos com vista à elaboração de um texto onde os reis de Castela sucedem «naturalmente» aos reis astur-leoneses<sup>33</sup>, como anteriormente se fizera com que os reis astur-leoneses fossem considerados a sucessão lógica dos reis godos<sup>34</sup>, acentuando as consequências nefastas das divisões de poder e fazendo a apologia de uma ordem sem perturbações ou divisões<sup>35</sup> onde o herói épico exemplar seria o Cid na sua faceta mais submissa perante o poder régio<sup>36</sup>.

A Crónica portuguesa de 1344 opta pela posição oposta, valendo sobretudo pelo modo como defende os seus interesses. Sem entrar em ruptura declarada com a Autoridade da herança textual de Afonso X, mas, pelo contrário, copiando esse discurso, consegue usurpar a sua Autoridade e, usando as mesmas técnicas retóricas, consegue minar o texto anterior, veiculando um universo ideológico diferente graças às sombras lançadas sobre as figuras anteriormente elogiadas e ao privilegiar de alguns heróis épicos nas suas facetas mais rebeldes e

independentistas. Se esta posição desponta em 1344 sob a égide de D. Pedro Afonso, esta primeira redacção ainda integra elementos como o «trato sucessivo» que se estabelece nas cronologias iniciais, formadas na linha do modelo de Eusébio-Jerónimo, e que referem os vários Imperadores do Sacro Império no mesmo capítulo e como continuação da listagem dos Imperadores romanos<sup>17</sup>. No entanto, quanto mais o séc. XIV avançar e se for anunciando o fim da I dinastia, tanto mais premente se tornará a defesa de um ponto de vista favorável aos interesses do momento, pois cada vez mais a ameaça de invasão com o decorrente renovar de uma situação que correria o risco de se assemelhar aos perigos enfrentados por D. Afonso Henriques perante uma rainha aliada aos seus inimigos se ia tornando mais probabilidade do que mera hipótese longínqua.

A integração de textos de cariz mais assumidamente literário vai pois revelar-se, como tentámos demonstrar, não um elemento de perturbação mas um factor essencial na prossecução das finalidades políticas (e não só) a que as diversas crónicas se propuseram. O fundo historiográfico popular, constituído por textos que se poderão caracterizar por uma marcada intensidade dramática e vivacidade emotiva que facilmente prende o público, passa a ser usado de forma mais extensa do que anteriormente, o que parece estar ligado à democratização que o uso do vernáculo também acarreta, com vista a uma difusão mais alargada que cumprirá, igualmente, funções pragmáticas de carácter pedagógico e ético que se encontram estreitamente ligadas às formas de transmitir e de promover a interiorização de determinadas intenções políticas.

## Notas

<sup>1</sup> Leonardo Funes, *El modelo historiográfico alfonsi: una caracterización*, London, Papers of the Medieval Hispanic Research Seminar (6), Department of Hispanic Studies - Queen Mary and Westfield College, 1997.

<sup>2</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 69, 74-75.

<sup>3</sup> Note-se, por exemplo a definição dada pelo próprio Afonso X: «el rei faze un libro, non por quel el escriuia con sus manos, mas por que compone las razones del, e las emienda, et yegua, e enderesça, e muestra la manera de como se deuen fazer, e desí escriue las qui el manda, pero dezimos por esta razon que el rey faze el libro.» in Afonso el sabio, *General Estoria*, I, ed. A. G. Solalinde, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1930, p. 477.

<sup>4</sup> «Thus, both «authority» and «author» were conceived of entirely in textual terms, for an «auctor» is simply one whose writings are full of «authorities». And an «author» acquires «authority» only by virtue of having his works retained «sententialiter» in the memories of subsequent generations [...] Both the word *auctor* and the later synonym, *originalis*, are related closely to the traditional metaphor of literature as a great river flowing over time from a *fons* or «source.» in Mary Carruthers, *The book of memory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 190-91. Ainda sobre este assunto, consultar particularmente o cap. 6.

<sup>5</sup> Refiro-me nomeadamente ao sistema das Idades do Mundo (Santo Agostinho).

<sup>6</sup>Vide Leonardo Funes, *op. cit.*, ponto 2.5.

<sup>7</sup>*Primera Crónica General de España*, ed. por Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Gredos, 1977, daqui em diante referida como **P.C.G.**

<sup>8</sup>Salvaguardando-se, obviamente, as observações feitas por Diego Catalán, ou seja, que estamos perante um ms. composito que recolheu textos em diferentes fases de composição, umas identificáveis como mais próximas do crivo de Afonso X, outras já retocadas e amplificadas no reinado de Sancho IV. Se durante o reinado deste último já não se realizou trabalho compilatório, o texto que ainda não estava definitivamente redigido (textos de trabalho como rascunhos, traduções e prosificações) foi estilisticamente refundido e actualizado. Sobre este assunto consultar Diego Catalán, *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962 e também Inés Fernández-Ordóñez, *Versión Crítica de la Estoria de España*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal e Universidad Autónoma de Madrid, 1993 que faz um ponto de situação bastante útil no que respeita aos diversos mss. que em cada bloco historiográfico vão representar as várias versões da *Estoria de España* (p.315-332).

<sup>9</sup>Referimo-nos particularmente ao artigo de Roberto J. González-Casanovas, «Alfonso X's concept of Hispania: Cultural Politics in the Histories- in *Concepts of National Identity in the Middle Ages* (eds. Simon Forde, Lesley Johnson and Alan V. Murray), Leeds, Leeds Texts and Monographs, 1995, p. 155-170, onde se argumenta que Afonso X, pretendente ao Santo Imperio, terá querido modelar a imagem do seu reino nas tradições romano-visigóticas de uma *Hispania* unida.

<sup>10</sup>PCG, cap.4-8. Sobre este assunto ver ainda Isabel Barros Dias, «Le duel des Géants- (em publicação).

<sup>11</sup>Cf P.C.G., cap. 5-6 e depois cap. 116.

<sup>12</sup>«E cuydando esto fuesse pora su posada, e sonno essa noche que emprennaua a su madre; e otro dia llamo a un so estrellero muy bueno que traye, e dixol lo que cuydara y el suenno que sonnara. Ell estrellero soltol el suenno e dixol que la madre era la tierra; e assi cuemo la metie so si ys apoderaua della, bien assi metrie toda la tierra en so poder e serie senor de todo.» (P.C.G., cap.6).

<sup>13</sup>«La estoria de los Vuandalos et de los Silingos, de los Alanos et de los Sueuos» (P.C.G., tit. cap. 365 e sgts.).

<sup>14</sup>O ciclo dos condes de Castela consiste num conjunto de lendas que versam sobre acontecimentos que pautaram os primeiros tempos do que viria a ser o futuro reino de Castela: «Cantar de Fernán González» (PCG, cap.684, 686-691, 694-696, 698-700, 709-720, 728), «A Condessa traidora» (PCG, cap. 729-732, 763-764) que, ao que parece, terá sido uma interpolação mais tardia (sobre este assunto, ver Inés Fernández-Ordóñez, *op. cit.*, parte III, ponto 2.1), o «Cantar dos sete infantes de Lara ou Salas» (PCG, cap. 736-743) e o «Romance do Infante Garcia» (PCG, cap. 786-789).

<sup>15</sup>Deste ciclo, a *Estoria de España* (representada aqui pelo ms. E) integrou o «Cantar de Fernando el Magno» ou «Cantar de la Partición» (PCG, cap. 811-813), o «Cantar de Sancho II» na sua 2ª versão (PCG, cap. 814-844), a «Jura de Santa Gadea» (PCG, cap. 845), um «Cantar de Mio Cid» e outros prolongamentos (PCG, cap. 849-865, 890-961).

<sup>16</sup>Sobre este assunto consultar Inés Fernández-Ordóñez, *op.cit.*, p. 315-332.

<sup>17</sup>Com efeito, esta versão, apesar de, pelas técnicas usadas, se ligar ao *scriptorium* afonsino, tendo provavelmente sido redigida no final do reinado de Afonso X, afasta-se do espírito patente nas outras versões, o que se poderá prender com as circunstâncias que rodearam o final deste reinado (o texto será revelador de mudanças teóricas de Afonso X ou fruto da personalidade do remodelador e da sua «implacável lealdade ao soberano»? O espírito censório e «científico» do redactor da «Versão Crítica» vai opor-se ao espírito mais enciclopédico e globalizador das outras versões afonsinas que aceitam fontes e opiniões diversas sem sentir a necessidade de excluir umas em prol de outras. Estes e outros assuntos são discutidos por Inés Fernández-Ordóñez, *op. cit.*

<sup>18</sup> «A mais antiga refundição da Crónica de Afonso, o Sábio, teria sido, segundo Menéndez Pidal, a Crónica redigida em 1344.- in Luis Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, IN-CM, 1951, vol. I (Introd.), p. CXCIH.

<sup>19</sup> De acordo com o estudo de Lindley Cintra (*op. cit.*, vol I - Introd.), a *Crónica Geral de Espanha de 1344* foi originalmente composta em 1344 por D. Pedro Afonso, conde de Barcelos e filho bastardo de D. Dinis, rei de Portugal. Desta primeira redacção conhece-se, hoje em dia, uma tradução castelhana parcialmente editada por Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés, *Edición crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1970. O texto pode ser encontrado, de forma mais completa, no ms. 2656 da Biblioteca Universitaria de Salamanca. Esta primeira redacção terá sido posteriormente remodelada, na segunda metade do séc. XIV, tendo então o seu texto sido «reaproximado» da *Estoria de Espanna* afonsina, ou pelo menos terá tido em consideração ou tido conhecimento de um texto mais próximo das versões afonsinas do que a obra original de D. Pedro Afonso.

Será aqui sobretudo usado o texto da segunda redacção, editado por Luis Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, IN-CM, 1954-1990, daqui em diante referido como **1344b**. Será ainda de acentuar o facto desta redacção apresentar um texto estilística e logicamente mais elaborado do que a redacção anterior. Com efeito o ms. 2656 da B.U.S. (daqui em diante referido como **1344a**) não apresenta grandes cuidados no que respeita à uniformização das fontes, como é o caso de mudanças bruscas de tom quando passa de uma fonte mais analítica para outra mais descritiva, o que sucede com as listas que surgem na parte editada por Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés e que contrastam com o subsequente detalhe e desenvolvimento do texto que passa a seguir a *Traduccion Gallega*. Outro elemento a apontar consiste em incoerências como a promessa, nunca desenvolvida, de contar a história de Hercules (Diego Catalan e Maria Soledad de Andrés, *op. cit.*, cap. 13) ou a promessa de contar a história dos reis de Portugal, de acordo com o texto da *Traduccion Gallega* que se esquece de seguida para saltar dois cap. (ms. 2656 B.U.S., cap 623, numeração minha).

<sup>20</sup> Sobre este assunto, ver os argumentos enumerados em: Luis Filipe Lindley Cintra, *op. cit.*, vol I (Introd.), p. LXXXVIII-XCIV.

<sup>21</sup> *Traduccion Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla*, ed. por Ramón Lorenzo, Orense, Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo», 1975, daqui em diante referida como **Trad.Gall.**

<sup>22</sup> É acentuado na PCG que os bons Imperadores Nerva e Trajano (cap. 190-91) eram naturais da *Hispania*, assim como o «sábio e estudioso» Adriano (cap. 196, 198). Quanto a Galba, refere-se (cap. 178) que foi em Espanha que ele foi eleito Imperador (em oposição a Nero).

<sup>23</sup> Sobretudo o trecho onde se afirma: «otrossi fallamos en las estorias que a aquella ora que Ihesu Cristo nascio, seyendo media noche, apparecio una nuue sobre Espanna que dio tamanna claridat et tan grand resplendor et tamanna calentura cuemo el sol en medio dia quando ua mas apoderado sobre la tierra. E departen sobresto los sabios et dizen que se entiende por aquello que, despues de Ihesu Cristo, uernie su mandadero a Espanna a predigar a los gentiles en la ceguedat en que estauan, et que los alumbrarie con la fe de Cristo; et aqueste fue sant Paulo. Otros departen que en Espanna auie de nascer un princep cristiano que serie sennor de tod el mundo, et ualdrie mas por el tod el linage de los omnes, bien cuemo esclarecio toda la tierra por la claridat daquela nuue en quanto ella duro.» (P.C.G., cap.151 – sublinhado meu).

<sup>24</sup> Para este trecho, ao cap. 812 e 813 da PCG correspondem os cap. 201-4 e 207 da Trad. Gall., os cap. 361-4 e 369-71 de 1344a e os cap. 466-7 e 472-3 de 1344b. E entre os dois cap. da PCG surgem interpolações de dimensões diferentes na Trad Gall (cap. 205-6) e em 1344a (cap. 365-8) e 1344b (cap. 468-71).

<sup>25</sup> Esta atitude é ainda mais acentuada na versão crítica onde se defende com grande insistência o direito hereditário da sucessão pelo primogénito e o decorrente principio da unicidade e indivisibilidade do «senhorio». Sobre este assunto consultar Inés Fernández-Ordóñez, *op. cit.*

<sup>26</sup>Aos cap. 825-6 e 840 da PCG correspondem os cap. 220-26 e 243-4 da Trad. Gall., 385-91 e 408-9 de 1344a e 484-90 e 503-4 de 1344b.

<sup>27</sup>Ao cap. 845 da PCG, correspondem os cap. 250-3 da Trad. Gall., 416-8 de 1344a e 508-10 de 1344b.

<sup>28</sup>A PCG afasta-se, por vezes, do grupo formado pela Trad. Gall., 1344a e 1344b que, com frequência, distribuem a matéria por capítulos menores, amplificam ou integram passagens novas. Cabe ainda questionar o(s) significado(s) da inclusão (de forma tão extensa) das aventuras do Cid que, apesar de descender de um dos juizes de Castela e de estar ligado a linhagens reinantes nunca foi, de facto, rei, o que, em princípio, deveria limitar o seu protagonismo na história oficial. Referimo-nos sobretudo aos cap. 845-962 da PCG e seus equivalentes para as restantes crónicas.

<sup>29</sup>Esta interpolação que se verifica entre os cap. 803-4, 804-5, 809-10 e 810-11 da PCG, surge na Trad. Gall. (cap. 178-85, 187, 195-6 e 198-9), em 1344a (cap. 337-45, 347, 355-56 e 358-9) e em 1344b (cap. 446-52, 454, 460-61 e 463-4).

<sup>30</sup>Esta interpolação que se verifica entre os cap. 895-6 da PCG, não surge na Trad. Gall., mas já se verifica em 1344a (cap. 490-99) e em 1344b (cap. 582-91).

<sup>31</sup>Esta interpolação que se verifica entre os cap. 979 e 980 da PCG, não surge na Trad. Gall. (que apresenta uma versão resumida nos cap. 472-73, derivação parcial do resumo apresentado pela PCG nos cap. 969-972). Em 1344b já encontramos uma interpolação extensa (cap. 705-27). No entanto, em 1344a é impossível saber se o trecho surgirá pois o ms. 2656 da B.U.S. termina precisamente antes do início desse relato. O penúltimo cap. do ms. 2656 anuncia, copiando a Trad. Gall., que vai contar a história dos reis de Portugal mas deixa então de seguir a Trad. Gall. que efectivamente faz aí um resumo da linhagem dos reis de Portugal e das batalhas de Afonso Henriques (semelhante a PCG). O texto do ms. 2656 salta então esses dois cap. da Trad. Gall. e a partir do início do seu último cap. retoma o cap. 474 da Trad. Gall. idêntico ao cap. 702 de 1344b e termina logo de seguida. Torna-se assim muito difícil saber se a história narrada em 1344b também se encontraria em 1344a (nos mesmos moldes ou em moldes diferentes). Por um lado, a omissão dos dois cap. da Trad. Gall. pode fazer pensar que sim, por outro lado a grande colagem do texto de 1344a ao texto da Trad. Gall. pode fazer suspeitar que não.

<sup>32</sup>Refiro-me ao cap. 622 de 1344a e 700 de 1344b, omitido na Trad. Gall. e na PCG (onde seguiria o cap. 968).

<sup>33</sup>Note-se, por exemplo, a fórmula que estabelece o número de ordem de um rei relativamente a Peláio, o primeiro rei da «Reconquista», o que provoca uma noção de «trato sucessivo» que escamoteia eventuais mudanças dinásticas.

<sup>34</sup>Refiro-me, obviamente, à bastante discutida tese neo-gótica.

<sup>35</sup>Notar a inserção de pequenas máximas do tipo «E aquel rey, com era omne de buen seso, respusol en pocas palauras, e dixol que por desacuerdo se perdien las cosas, e por acuerdo se deffendien.» (PCG, cap. 48).

<sup>36</sup>Note-se a omissão de acontecimentos onde a faceta mais rebelde do Cid é acentuada. No que respeita a outros heróis assumidamente rebeldes, como Bernardo del Carpio e o próprio Fernão Gonçalves, a sua faceta irreverente e aceite a par com as suas outras qualidades que não deixam de trazer grandes benefícios.

<sup>37</sup>1344a, cap. VII.